

DE DENTRO DE FORA E DE FORA DE DENTRO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROSTITUIÇÃO FEMININA

Maíra Lima de Gois

Universidade Federal de Sergipe
meolima@uol.com.br

Marcus Eugênio Oliveira Lima

Universidade Federal de Sergipe

Resumo

A fim de analisarmos as representações sociais da prostituição e a percepção de preconceito e estigmatização por parte das prostitutas, realizamos dois estudos em Aracaju no nordeste do Brasil. A pesquisa foi realizada em Janeiro de 2008, os dois estudos utilizaram entrevistas estruturadas. O primeiro deles foi realizado com 66 moradores de diversos bairros desta cidade o segundo estudo envolveu nove prostitutas concentradas na Orla de Aracaju. Análises de conteúdos das respostas do primeiro estudo indicaram que a prostituição é representada pelos entrevistados como exclusão social, imoral, aversiva ou estranha e as prostitutas são demonizadas. No segundo estudo verificamos que as prostitutas se sentem vítimas de preconceito e consideram estar numa situação de exclusão e estigmatização. Esses resultados são discutidos à luz das teorias sobre estigmatização e exclusão social.

Palavras-chave: Prostituição; Representações sociais; Estigmatização; Exclusão.

Abstract

In order to analyze the social representations of prostitution and the perception of prejudice and stigmatization by the prostitutes, two studies were carried out in Aracaju, northeast from Brazil. The research was conducted in January 2008, the two studies used structured interviews. The first was conducted with 66 residents of several neighborhoods in Aracaju, the second one involved nine prostitutes concentrated on the beach of Aracaju. Content analysis of responses from the first study indicated that prostitution is represented as social exclusion, immoral, or aversive and strange and prostitutes are demonized. In the second study we found that sex workers feel they are victims of prejudice and consider being in a situation of exclusion and stigmatization.



These results are discussed in light of theories of stigmatization and social exclusion.

Keywords: Prostitution; Social representation; Stigma; Social exclusion.

Introdução

Na madrugada de 23 de junho de 2007, a empregada doméstica Sirley Dias, de 32 anos, teve a bolsa roubada e foi espancada por cinco jovens moradores de classe média da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Os adolescentes afirmaram tê-la confundido com uma prostituta como justificativa para a violência que usaram contra ela. Esse episódio denuncia como os brasileiros vêem a prostituição de maneira negativa, carregada de preconceito. Como sabemos, essa não é uma situação isolada, pois o cotidiano das prostitutas é atravessado por violência, falta de acesso a direitos fundamentais, estigmatização e morte; ainda que raramente elas recebam destaque na mídia e sejam objeto de preocupação do cidadão comum.

Embora as prostitutas sofram discriminações por exercerem uma atividade considerada “imoral”, a prostituição nas sociedades patriarcais sempre manteve relações íntimas com o poder. De acordo com Nickie Roberts (1998), na antiguidade as prostitutas tiveram maior influência na sociedade do que as mulheres casadas. Por exemplo, na Grécia, enquanto as mulheres casadas ficavam aprisionadas ao lar, sem terem autonomia econômica, algumas prostitutas poderiam fazer fortuna. Ainda na concepção da autora, em nossos dias, a prostituição também tem caráter duplo: para as mulheres das classes oprimidas, ela significa uma espécie de opróbrio, ainda que algumas prostitutas possam ganhar mais do que em determinados empregos convencionais; para as mulheres das classes mais altas, a situação é mais privilegiada.

O objetivo deste trabalho é analisar as representações sociais que as pessoas têm das prostitutas e da prostituição e a percepção de preconceito e estigmatização por parte das prostitutas. Para entendermos como essas mulheres estão situadas no cenário social, é necessário discutir as representações sociais enquanto formas de construção e de reprodução de ideias, valores e imagens da sociedade.

Breve Histórico sobre a Prostituição Feminina

A palavra ‘prostituir’ vem do verbo latino *prostituere*, que significa expor publicamente, pôr à venda, referindo-se às cortesãs, da Roma Antiga, que se



colocavam na entrada das “casas da devassidão” (Durigan & Mina, 2007). Na pré-história a mulher estava no centro de toda atividade social e por isso era vista como uma incorporação viva de uma deusa, e algumas, consideradas como sacerdotisas, proporcionavam o elo entre a comunidade e sua divindade através de rituais que envolviam atividades sexuais (Roberts, 1998).

Ainda segundo Roberts (1998), graças à dominação masculina, na Mesopotâmia e no Egito, os governantes sabiam que era essencial se contraporem à influência da religião da deusa. Para tanto criaram sacerdotes homens a fim de promover seus deuses e controlar as mulheres do templo. Paralelamente, foi criado um código moralista de repressão ao sexo, considerando-o algo negativo. É a partir daí que começa a verdadeira história da prostituição, com as sacerdotisas do templo vendendo o corpo para sobreviverem no sistema imposto pelo patriarcalismo.

Foi Roma, ainda na antiguidade, que instituiu uma espécie de registro estatal das prostitutas que passaram a pertencer a duas categorias: meretrizes registradas e prostitutas não-registradas. Elas pagavam impostos ao Estado e assim se tornavam fontes de lucro. A meretriz era considerada mulher livre que exercia sua profissão com certo recato durante o dia e fazia vida regular indo à noite para os bordéis. As prostitutas eram quase sempre escravas que permaneciam nos prostíbulos em pequenas celas, aguardando os homens da classe social mais baixa da sociedade romana (Roberts, 1998).

Na Grécia Antiga, a casa onde se exercia o comércio sexual era chamada *porneion*. Sua finalidade era “satisfazer as necessidades do povo”. Ali, como em Roma, viviam as prostitutas vulgares, na maioria das vezes escravas, que pagavam um tributo e dependiam da autoridade dos magistrados que vigiavam a sua maneira de proceder. Outra classe de prostitutas, superiores hierarquicamente a essa, era a das *hetairas*, mulheres livres, cultas e famosas, que recebiam em suas casas os políticos, os generais, os filósofos e os poetas (Roberts, 1998).

Na Idade Média, como ainda hoje, havia uma tolerância social da atividade sexual masculina pré-marital e extraconjugal. Isso fazia com que a prostituição fosse vista como um “mal necessário”, um meio prático de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade e aliviassem suas necessidades sexuais, enquanto se evitava que se aproximassem de esposas e filhas “respeitáveis”, desestimulando os estupros e desencorajando as tendências à homossexualidade. Esse cenário foi bem retratado pelo glossarista de Santo Agostinho do século XIII, quando afirmou que a prostituta era necessária para organizar os desejos masculinos



como “o esgoto no palácio”, pois se fosse retirado o esgoto o palácio inteiro ficaria contaminado (Richards, 1990).

A religião católica medieval procurava lidar com a prostituição através de uma contenção adotada para os leprosos. Primeiro, as prostitutas tinham que ser segregadas e diferenciadas da população por uma marca de infâmia. A partir do século XIII, surgiram os códigos distintivos de vestimenta e as zonas da “luz vermelha” - bairros segregados, guetos para o exercício da prostituição. Em seguida, a Igreja começou a enfatizar a perspectiva da “regeneração” e a estimular as prostitutas a casarem e abandonarem a profissão. O papa Inocêncio III incentivava todos os cristãos a ajudarem a recuperar as prostitutas ao tempo em que oferecia remissão dos pecados aos que casassem com tais mulheres. Havia também diversas santas cujos cultos eram promovidos como modelos de vida para prostitutas regeneradas, sendo santa Maria Madalena uma delas (Richards, 1990).

No século XVIII, os médicos higienistas, preocupados em proteger “a integridade moral da família”, passaram a utilizar procedimentos para reprimir os diversos “males” provenientes da prostituição. Nessa perspectiva, as prostitutas eram responsáveis pela degradação física e moral da família higienizada, sendo as principais difusoras de doenças venéreas, como a sífilis. A partir daí, houve a necessidade de uma intervenção preventiva em relação à prostituição, pois a sexualidade não dosada e higienizada era negativa, contrária à vida e à reprodução da espécie. Entra então em vigor uma política sanitária estabelecendo uma regulamentação isolacionista que tolerava o meretrício apenas no bordel, aliada à repressão à prostituição de rua (Machado, Loureiro, Luz & Muricy, 1978).

Com a Revolução Francesa, a posição feminina pouco mudou na sociedade europeia, permanecendo restrita à de mulher do lar e prostituta. Pregava-se a igualdade, a fraternidade e a liberdade, mas tais conceitos abrangiam apenas aos homens brancos. Mulheres, negros, homossexuais, dentre tantos outros, continuavam excluídos (Trizoli e Puga, 2005). A dominação masculina foi determinante para a divisão de papéis femininos entre esposas e prostitutas e para a institucionalização do casamento, pois assim se poderia ter maior controle sobre a sexualidade das mulheres, com um tipo de repressão voltada especificamente para as mulheres. Todavia, segundo Foucault (1988), o poder repressivo se amplia a todos, que passam a ter sua sexualidade submetida ao controle do sexo em função do “bem” de uma sociedade em que a virtude dos cidadãos consistiria na forma como cada qual utiliza o sexo.



Com a militarização da sociedade na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha de Hitler e a Rússia de Stalin reprimiram duramente o comércio do sexo. As autoridades soviéticas impunham às prostitutas a realização de trabalhos pesados nas fábricas para serem introduzidas na “vida do trabalho”. Cabe ressaltar que na Alemanha nazista, as prostitutas clandestinas eram marcadas com estrelas negras em suas roupas e enviadas para os campos de concentração (Roberts, 1998).

Embora as revoluções sexuais e feministas, nas décadas de 1960 e 1970, trouxessem uma nova perspectiva para as mulheres em termos de igualdade social e política, para as prostitutas persistia o padrão de exclusão, discriminação e violência, o qual reflexivamente era alimentado por representações sociais muito negativas da prostituição.

Os Mundos de Fora e de Dentro nas Representações Sociais da Prostituição

As representações sociais, os valores e as crenças concorrem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2005). Para Moscovici (2003), essas representações são tudo o que temos, pois são aquilo a que nossos sistemas perceptivos estão ajustados. Podemos considerar que as representações se processam a partir de um duplo processo: fruto da construção individual e da inserção do próprio indivíduo na representação/realidade estabelecida no contexto social.

As representações que as prostitutas compartilham são constituídas por dois mundos de níveis polarizados: o “mundo de fora” e o “mundo de dentro”. Esta aparente dicotomia se manifesta para que o indivíduo de identidade social estigmatizada possa transitar da periferia ao centro das formações sociais sem ser visto, sendo invisibilizado para evitar a discriminação. O “mundo de fora” se refere ao modelo governado pelo moralismo; o de “dentro”, aos valores e expressões de comportamento antagônicos ou incompatíveis com os de fora que as prostitutas precisam adotar no exercício da prostituição (Castro, 1993).

A divisão entre esses “mundos” é tão cristalizada que não só se dimensiona no plano psicológico, como também cria projeções no meio físico. Isto se traduz da seguinte forma: os espaços simbólicos de conduta moral expressam-se em territórios físicos. Na preparação desta pesquisa pudemos perceber isso nitidamente, quando tivemos os primeiros contatos com as prostitutas na Orla de Aracaju. Elas se encontram em becos isolados ou na rua oposta ao calçadão principal que dá acesso aos restaurantes, aos bares, aos “cidadãos” e aos turistas. Analogamente a um muro de concreto erguido para que as pessoas ditas normais não se cruzem com mulheres



“desprovidas de pudores”.

Essa demarcação psico-sócio-espacial à qual as mulheres prostituídas devem se submeter é um modo de reprodução das estruturas de poder e de manutenção higienizada da “ordem das coisas”. Tal dinâmica da territorialização exige das prostitutas a convivência com um duplo estilo de vida a fim de evitar a discriminação. Ao entrar no contexto fora da sua zona de trabalho, ela se vê obrigada a assumir comportamentos estereotipados de “mulher direita”. Já o mundo de “dentro” exige outro comportamento. De modo que ela tem que ser ao mesmo tempo “duas” (Castro, 1993).

É graças a essa forte e milenar repressão contra a mulher prostituída, que esta permanece estigmatizada; sua identidade, por não pertencer ao “padrão”, é vista com desprezo pela sociedade. O registro negativo imputado pelo estigma pode produzir uma identidade deteriorada (Goffman, 1988). Como afirma Crandall (2003), essa necessidade de reelaborar as definições menos tolerantes de desvio e de reafirmar as “virtudes” de nossa sociedade firma-se através de uma ideologia que justifica o estigma carregado pelas prostitutas através de discursos que naturalizam a sua posição e as revitimizam, culpando-as do pelo seu opróbrio. Tal lógica, engendrada pelos grupos estabelecidos, serve como meio de controle social para que o grupo *outsider* acabe por se perceber como inferior, reforçando e mesmo legitimando sua posição de estigmatizado (Elias & Scotson, 2000).

A fim de entendermos quais as representações sociais da prostituição e das prostitutas construídas por cidadãos comuns e como essas representações impactam as percepções de si das prostitutas realizamos dois estudos em Aracaju.

A Pesquisa

Nossa pesquisa foi constituída a partir de dois estudos realizados em 2008, nos quais usamos roteiros estruturados nas entrevistas.

O primeiro estudo foi feito com 66 moradores de diversos bairros de Aracaju. A maioria dos entrevistados era do sexo masculino (35 do total). A idade variou entre 16 a 73 anos. Em relação à escolaridade, dois participantes nunca estudaram e dois cursavam pós-graduação; estando a maioria dos entrevistados no ensino médio. A renda familiar variou entre menos de um salário mínimo (uma pessoa) a mais de dez salários (três pessoas); sendo a maior concentração entre um e dois salários, que correspondem a 32 entrevistados. Boa parte dos entrevistados era casada (24); sendo a maioria de solteiros (35) e outros sete que não declararam estado civil. Em relação à



religião, 17 responderam que não possuem e 49 responderam que sim. Destes 37 são católicos, nove são evangélicos e três espíritas.

O segundo estudo foi feito com 9 prostitutas concentradas na Orla de Aracaju. Para termos acesso às prostitutas foi fundamental o apoio do Programa de Redução de Danos aliado ao Projeto de Acolhimento às Profissionais do Sexo (PAPS). A idade delas variou entre 17 e 44 anos. A maior parte exerce a profissão há muito tempo. O tempo em que estão nessa profissão variou de quatro meses a 11 anos. Em relação à escolaridade, cinco responderam ter estudado até o ensino fundamental incompleto, uma possui o ensino fundamental completo e apenas três delas estudaram o ensino médio incompleto.

As entrevistas com as prostitutas foram realizadas individualmente e nos lugares onde elas trabalham. Já os moradores, estes foram abordados em suas casas e locais de trabalho. Para investigarmos as representações sociais da prostituição, perguntávamos: “Quais os primeiros sentimentos e pensamentos que lhe vêm à mente quando ouve a palavra prostituição?”. Como observam Oliveira, Marques e Gomes (2005), a técnica da livre associação permite a análise de elementos implícitos ou latentes nas representações, os quais poderiam não aparecer em outras formas de produção discursiva, sendo, portanto, muito proveitosa na coleta dos elementos constitutivos de uma representação social. Indagávamos ainda: “Como a sociedade, na sua opinião, considera a prostituição e o que você pensa sobre isso?”. No estudo com as prostitutas, perguntamos se as pessoas têm preconceito contra elas e por que acham que isso ocorre e sobre como avaliam as visões sociais sobre sua profissão.

Utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) para codificação das respostas às questões abertas; considerando sequencialmente as fases de pré-análise, de exploração do material e de interpretação. Na fase de interpretação, as unidades de registro e contexto que utilizamos foram: as palavras ou enunciações, no caso das associações livres, e os temas abordados, no caso das questões mais abertas.

Todos os procedimentos éticos nas pesquisas com seres humanos foram devidamente seguidos, como preconiza a Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Ética. Os nomes que aparecem para as prostitutas foram criados pelos autores, a fim de evitar identificação individual.

Resultados e Discussão

Os dados da associação livre com a palavra “prostituição” indicam que os 66
<http://www.eses.pt/interaccoes>



entrevistados enunciam 113 respostas. Estas foram agrupadas nas seguintes categorias: 1) exclusão social (falta de educação, falta de família, etc.), com 38 respostas; 2) julgamento moral (coisa ruim, errado, transgredir, etc.), com 28 respostas; 3) sentimentos negativos/aversão (tristeza, desgosto, revolta, etc.), com 24 respostas; 4) grupos, lugares e riscos (meninas novas, crianças, estranho, etc.), com 22 respostas. Uma pessoa não soube responder (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Enunciações produzidas a partir do termo indutor “prostituição” para os entrevistados (n = 66)

Categoria	Exemplos de enunciações	Frequência	Percentagem
Exclusão social	falta de educação, falta de família, dinheiro, falta de renda, desemprego, necessidade, sobrevivência, Violência, Vítima, Preconceito, Exploração/ miséria, etc.	38	33,6
Julgamento moral	coisa ruim, errado, transgredir uma coisa correta, absurdo, feio, destruição, derrota, safadeza, falta de respeito por Deus, etc.	28	24,8
Sentimentos negativos/aversão	tristeza, desgosto, revolta, indignação, desprezo, repugnante, nojo, sujeira.	24	21,2
Grupos, lugares e riscos	meninas novas, crianças, garota de rua, doenças, estranho, drogas, noite, entretenimento, etc.	22	19,5
Não sabe	Não sei	1	0,9
Total		113	100.0

Nota-se nas respostas que a prostituição é percebida como um fenômeno complexo e multifacetado, pois envolve diversos aspectos que o definem: econômico, moral, cultural, social e psicológico. Apesar de serem mais frequentes as respostas de cunho social (motivos que levam a mulher se prostituir), ainda há no imaginário coletivo pensamentos negativos em torno desse fenômeno. Isso é visível quando agregamos as categorias relativas ao julgamento moral e aos sentimentos negativos que, somadas, totalizam 52 respostas, o que equivale a 46% das enunciações. Desse modo, à medida que as pessoas fazem um julgamento moral sobre a prostituição, os sentimentos que elas têm sobre essa prática e as pessoas que nela tomam parte: as prostitutas, são negativos e, muitas vezes, de profunda aversão (“desprezo”, “repugnância”, “nojo”, “sujeira”). Esses resultados parecem confirmar as afirmações de



Silva (2006) de que a prostituição é colocada no plano inferior da escala valorativa da sociedade, e a prostituta é posta num plano social destituído de direitos humanos e carregado de estigmas e infra-humanização.

Em seguida perguntamos aos entrevistados o que eles pensam sobre o fato de a sociedade considerar a prostituição algo errado. Das 66 respostas, 43 concordaram com a visão da sociedade, afirmando que a prostituição é algo errado, 14 entrevistados discordaram e nove não concordaram e nem discordaram (ver Tabela 2).

Quando instados a justificarem suas respostas, os entrevistados que concordaram com a condenação social da prostituição afirmaram, sobretudo, que existem outros modos de ganhar a vida ou que a prostituição é “imoral”, “safadeza” e “ilegal”. Os participantes que discordaram da condenação social da prostituição argumentaram sobre a liberdade de se fazer o que se quer e da hipocrisia e preconceito da sociedade. Chama a atenção o fato de que boa parte desses entrevistados não justificou sua posição em face desta questão.

Podemos observar que a maioria dos entrevistados faz coro com o discurso social sobre a prostituição, representada como uma prática que se objetiva na noção de desvio. A prostituta, nesta lógica, é desviante por banalizar o ato sexual, por transformar seu corpo em fonte de renda e por infringir as regras da feminilidade dócil e controlada (Guimarães & Merchán-Hamann, 2005). Mesmo que elas tenham necessidades materiais e que utilizem a prostituição como fonte de renda para a sobrevivência; ainda assim, são impelidas para a marginalidade e concebidas como “safadas”, pois sua atividade “desvaloriza” e ameaça a posição da mulher na sociedade.

Assim, em que pese o fato de que para alguns dos participantes, as prostitutas são vítimas da sociedade excludente, a maioria deles as revitimiza, ou seja, produz vitimização secundária. De acordo com essa lógica, as prostitutas são, pela sua imoralidade, as culpadas da desvalorização social de que deveriam ser vítimas. Esta forma de representar o “desvio” colabora, como refere Crandall (2003), com a necessidade de reafirmar as “virtudes”, justificando o estigma e naturalizando a posição das prostitutas numa estrutura que as inclui para excluir. Não encontramos muitas diferenças nas representações dos homens e das mulheres entrevistadas sobre a prostituição.

Tabela 2 – Frequências e percentagens da posição dos entrevistados face à afirmação da prostituição como “algo ruim ou negativo” e justificativas

Justificativas dos que concordam	Frequência
“Uma mulher tem outras maneiras de trabalhar, não precisa se prostituir.”	10
“O governo que deveria dá condições/ deveria dá emprego e educação”.	3
“É triste/ é imoral/tinha que acabar”.	3
“Isso é venda do corpo/ é ilegal”.	3
“Umam fazem por safadeza/ entram sem necessidade”.	1
“Elas entram por má influência de outras pessoas”.	1
“Hoje está muito simples entrar na prostituição, pois está tudo banalizado”.	2
“A mulher precisa de uma posição para se valorizar”.	1
“Não vai acabar, há tanto tempo existe.”	1
Não justificam	18
Total	43
Justificativas dos que não concordam	Frequência
“Deveria cobrar um imposto em cima disso/ legalizar”.	2
“Cada um faz o que quer”.	4
“Isso é preconceito”.	2
Uma forma de ganhar dinheiro/ sobreviver.	2
“A sociedade é hipócrita, porque alguns condenam e procuram a prostituição/ uma visão atrasada”.	2
Não justificam	2
Total	14
Não se posicionam	9
Total geral	66

Mas o que será que elas, as prostitutas pensam sobre o que pensam delas? No segundo estudo, perguntamos primeiramente às prostitutas se acham que as pessoas têm preconceito contra elas. Apenas uma respondeu que as pessoas não têm preconceito. Dentre as que afirmaram existir preconceito, quatro colocaram como causa do preconceito a crença social, já expressa e com força na pesquisa anterior, de que a prostituição é um modo de “vida fácil” ou atribuíram o preconceito às mulheres casadas e não à sociedade como um todo (ver tabela 3).



Tabela 3 – Respostas à questão “Você acha que as outras pessoas têm preconceito contra as prostitutas? Se sim, por que?”

Participantes	A sociedade tem preconceito?	Justificativa (“Por que acha que isto acontece?”)
Carla	“Sim”	“É como me disseram, puta não tem vez.”
Vanessa	“Sim”	“Por ser prostituta, pensa que é vagabunda. Eu escondo o máximo da minha família.”
Renata	“Sim”	“É por causa das mulheres casadas.”
Gabriela	“Sim”	“É o que mais tem, muita gente acha que a gente ganha dinheiro fácil.”
Letícia	“Sim”	“Sei lá.”
Hérica	“60% sim”	--
Paula	“Algumas sim”	--
Camila	“Sim”	--
Sheila	“Não”	--

Todavia, quando lhes perguntamos se já sofreram algum tipo de preconceito ou discriminação, apenas três delas dizem ter sido vítimas. Assim, apesar de a maioria ter afirmado que existe preconceito contra as prostitutas, elas sentem esse tipo de agressão contra a categoria social e não contra elas especificamente (ver tabela 4).

Tabela 4 – Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação?

Participantes	Afirmação ou negação	Respostas
Carla	Já	As senhoras xingam, jogam ovos e dizem: “quantas picas você já pegou hoje?”
Letícia	Não	Ninguém sabe
Sheila	Não	-
Vanessa	Não	-
Renata	Não	-
Hérica	Sim	Por palavras
Paula	Já	De falar
Camila	Não	-
Gabriela	Não	-



Este fenômeno de dissociação do preconceito e da estigmatização é encontrado em vários estudos e se apresenta de duas formas: ou uma dissociação e desresponsabilização do autor, quando os membros do grupo majoritário afirmam que existe preconceito contra as minorias, mas que eles pessoalmente não têm preconceito (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001; Devine, 1989; Turra & Venturi, 1995); ou ainda uma dissociação e desidentificação da vítima, quando o membro da minoria estigmatizada acredita que seu grupo sofre, mas ele pessoalmente não é vítima do preconceito (Ruggiero, 1999). Neste último caso, alguns estudos mostram que em certos contextos sociais a experiência de discriminação contra o grupo não afeta a autoestima pessoal, uma vez que é atribuída aos “outros” do meu grupo que “não sabem se comportar ou se sair” (Major, Mccoy, Kaiser & Quinton, 2003). Em ambos os cenários, o preconceito é um problema do/ou para o outro, ou do outro-algoz ou para o outro-vítima, nunca do próprio sujeito.

Todas as três prostitutas que sofreram preconceito afirmam que este ocorreu de forma verbal. Uma alegou ser agressivamente abordada por outra mulher com a seguinte frase “quantas picas você já pegou hoje?” As outras duas afirmam que foi por “palavras”, mas não mencionaram quais. Este tipo de agressão verbal demonstra o preconceito de grau mais elevado e violento, que se expressa sem nenhuma preocupação com a norma da igualdade ou do anti-preconceito (Lima & Vala, 2004).

Pensamos que, em nossa sociedade, a norma social dominante é ainda a do preconceito flagrante e da desumanização das prostitutas. No modelo de dominação masculina em que vivemos, as prostitutas são duplamente discriminadas. Primeiro pela sua condição de gênero: mulher livre dos ditames masculinos; sendo a maioria delas independentes economicamente. E, paralelamente, pela condição moral: mulher que realiza uma atividade que subverte a ordem moral dominante, os papéis de guardiãs do lar e dos “bons costumes” confiados/impostos às mulheres.

Perguntamos ainda o que elas acham da condenação social de sua atividade profissional. Os resultados encontrados nos dizem que cinco delas discordam da visão social da prostituição como algo errado; outras duas aceitam a visão negativa da prostituição por parte da sociedade, e duas não se posicionaram a este respeito (ver tabela 5).

As prostitutas que não aceitam a desvalorização social de sua profissão afirmam ser um trabalho como outro qualquer e que se faz por necessidade e não por opção. Contrastando esses dados com os obtidos no “mundo de fora”, observamos que diferentemente de conceber a sua atividade como uma busca da “vida fácil”, as



prostitutas relatam que entram na atividade porque é a forma de trabalho a que tiveram acesso e apontam a ignorância social como causa do estigma da profissão.

Tabela 5 – Respostas à pergunta: “A sociedade de maneira geral considera a prostituição como algo errado. O que você pensa sobre isso?”

Participantes	Posicionamento	Justificativas
Carla Hérica Gabriela Vanessa Renata	Discordam	“É um trabalho como um outro qualquer.”
		“Eu acho errado é matar e roubar, se faz programa, é porque precisa.”
		“Eu acho que as pessoas pensam que ninguém pode se prostituir. Porque as pessoas é contra, porque acha que fazemos porque queremos.”
		“Ignorância.”
Camila Letícia	Concordam	“Uma besteira.”
		“De fato o que eu faço é errado, justamente porque tou aqui.”
Sheila Paula	Não se posicionam	“Acho a mesma coisa, errado.”
		“Sei lá.”

Todavia, quatro prostitutas não discordaram da visão social negativa do seu grupo. Dentre estas, duas acham mesmo que o que fazem é errado. Em conversas menos formais depois das entrevistas, percebíamos que algumas delas faziam mesmo uma outra separação entre os mundos de fora e os de dentro, escondendo das pessoas próximas, familiares e vizinhos do tipo de atividade profissional que desempenham. Estas refletem uma dominação simbólica, pois interiorizam o estigma contra seu grupo e contra elas mesmas, colaborando de algum modo na eternização do arbitrário (Bourdieu, 2002) e na reificação das representações sociais negativas do seu grupo (Moscovici, 2003).

Considerações Finais

Procuramos com este trabalho entender melhor o modo como são percebidas as prostitutas em nossa sociedade, o modo como elas próprias se veem e percebem a sua profissão. Os dados que encontramos denunciam como se mantêm no imaginário coletivo pensamentos fortemente negativos sobre a prostituição. Com efeito, a representação social encontrada através da associação livre demonstrou que a

<http://www.eses.pt/interaccoes>



prostituição se objetiva, sobretudo, nos termos demonizadores ou de exclusão moral: “coisa ruim”, “errado”, “transgressão”, “absurdo”, “feio” e “destruição”. Nesse sentido, a construção do estigma em relação à prostituta decorre da maneira peculiar de exercer a sua sexualidade, ou seja, o faz de forma pública e desprovida de laços afetivos e, pelo fato de experimentar o sabor da transgressão sexual, não é merecedora da vivência conjugal, familiar e, sobretudo, da maternidade.

Nas entrevistas feitas com as prostitutas, observamos o quanto elas sofrem abusos, agressões e preconceitos quando assumem a sua identidade. Este estigma torna-se ainda mais poderoso porque três pertencimentos sociais minoritários se cruzam nelas, que são ao mesmo tempo, mulheres, pobres e prostitutas. A prostituição nesse cenário torna-se uma fonte de renda e sustento da família. Nas entrevistas, percebemos ainda que, além da sua condição financeira precária, elas afirmam que maus tratos e violência familiar foram decisivos para se tornarem prostitutas, pois como algumas delas nos dizem, “faltou apoio familiar”. Desse modo, elas parecem reproduzir o discurso social que as culpabiliza e condena sua prática. Na mesma direção, Roberts (1998) argumenta que as atitudes contrárias às prostitutas foram firmadas tão negativamente no imaginário social que elas precisam negociar constantemente a sua autoestima, devido à imagem que a sociedade tem delas como subumanas e anormais.

Embora a sociedade considere as prostitutas como imorais, o que pudemos perceber em suas falas foi a existência entre elas de um conjunto rígido de regras e normas que regulam as suas ações. Uma delas nos contou:

“Sou uma mulher de bem, tô aqui no meu canto fazendo o meu trabalho pra mim sobreviver. Não procuro homens, não! Eu sei respeitar o quê é dos outros; eles que me procuram. Agora, quando saio daqui do meu ponto, sou uma mulher normal, não sou depravada não, sei me comportar. (...). Não sei por que discriminam a gente, estamos fazendo o nosso trabalho, agora ninguém discrimina essas meninas filha de papai que são vagabundas que sai por aí dando de graça, claro que não são todas”.

Vale aqui lembrar o que nos diz Goffman (1988), quando explica que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e atribuir valores aos membros de cada uma dessas categorias, condicionando os relacionamentos entre os indivíduos de diferentes grupos. Nessa lógica, aqueles que dispõem de um atributo, seja na aparência física ou na conduta moral, rotulado como diferente do que seja “normal”, tornam-se um perigo e ameaça para a sociedade. No caso das prostitutas,
<http://www.eses.pt/interaccoes>



suas falas explicam a sua condição marginalizada, revelando agressões verbais das mulheres casadas e da sociedade em geral.

Nas entrevistas, a todo momento elas enfatizavam que o que fazem é um trabalho, uma tentativa de sobrevivência em uma sociedade que oferece oportunidade para poucos. E que por isso deveriam, no mínimo, ser respeitadas e tratadas como pessoas “normais” que deveriam poder ir a qualquer lugar sem serem discriminadas. Uma delas nos disse que queria participar da vida social de seu filho, ir à festinha da escola, mas não vai por medo de ser reconhecida por alguém, e não quer de forma alguma causar constrangimento ao seu filho.

O que se pode perceber é que essas mulheres parecem não ter muita opção senão assumir a existência dessa dupla identidade: “mundo de dentro” e “mundo de fora”. Assim, elas têm sua cidadania negada por não aderirem ao padrão moralista que a sociedade impõe e para o qual, ironicamente, elas são fundamentais. Um muro é erguido contra elas, para delimitar o seu mundo marginalizado, de mulheres “corrompidas pela devassidão” do mundo de fora “da virtude e da ética”. A partir disso, é possível perceber que os preconceitos e violências sofridas pelas prostitutas continuarão influenciando em sua realidade enquanto se mantiver essa lógica perversa.

Preconceito e violência deveriam ser incompatíveis com os princípios da liberdade e da igualdade sociais. Todavia, a pesquisa demonstra que as prostitutas não são percebidas como seres de direito na nossa sociedade. Não chegam sequer a ser percebidas como cidadãos de segunda ordem, como outras minorias são. Sobre elas permanece a representação social de “esgoto do palácio” que as estigmatizava e desumaniza há séculos.

É nesse cenário que a legalização da profissão entra em discussão como forma de proporcionar alguma garantia de seguridade social. A legalização poderia ser um meio de protegê-las das ameaças constantes de violência. A luta das prostitutas pelo exercício efetivo de direitos se soma a uma série de reivindicações de outros movimentos de minorias sociais em torno da efetivação e garantia dos direitos. Em outras investigações pretendemos analisar que posicionamentos as prostitutas e outros atores sociais têm sobre a legalização da profissão.

Referências Bibliográficas

- Silva, R.A. da (2006). *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiânia: Editora da UCG.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. São Cristóvão- RJ: Bertrand.



- Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Castro, R. V. (1993). Representações Sociais da prostituta na cidade do Rio de Janeiro. In spink, Mary Jane (Org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 149-187). São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Crandall, C.S. (2003). Ideology and lay theories of stigma: The justification of stigmatization. In Todd F. Heatherton, R.E. Kleck, M.R. Helb & J.G. Hull (Eds.), *The Social Psychology of Stigma* (pp. 126-152). Londres: Guilford Press.
- Devine, P.G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 1-18.
- Durigan, M. M., Nóia, S.R. (2007). Sujeito, Identidade e Representação: entre o discurso oficial e a voz de profissionais do sexo e travestis. *Revista Gavira Letras*, 4, 57-76.
- Elias, N., & Scotson, J.L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Guimarães, K., & Merchán-Hamann, E. (2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 525- 544.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lima, M.E.O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, (9)3, 401-411.
- Machado, R., Loureiro, Â., Luz, R., & Muricy, K. (1978). *Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Major, B., Mccoy, S., Kaiser, C., & Quinton, W. (2003). Prejudice and self-esteem. *European Journal of Social Psychology*, 14, 77-104.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici e G. Duveen (Eds.), *Representações Sociais. Investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, D.C., Marques, S.C., & Gomes, A.M.T. (2005). Análise das evocações livres: Uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In A.S.P. Moreira, et alli (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* <http://www.eses.pt/interaccoes>



(pp. 573-603). João Pessoa: Editora da UFPb.

Richards, J. (1990). *Sexo, Desvio e Danação. As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roberts, N. (1998). *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Ruggiero, K.M. (1999). The Personal/Group Discrimination Discrepancy: Extending Allport's Analysis of Targets. *Journal of Social Issues*, 55(3), 519-536.

Trizoli, T., & Puga, V.L. (2005). *Estudos e representações artísticas da noiva e prostituta. Séculos XIX a XXI*. Acessado em <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3841/2846>.

Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.